

# Dívida externa chega a US\$ 87 bi

A dívida externa do país registrada pelo Banco Central — somente de médio e longo prazos — atingiu, ao final do primeiro semestre, US\$ 76.38 bilhões. Estimativas preliminares indicam que, em junho último, a dívida não registrada de curto prazo somava cerca de US\$ 10.6 bilhões, com a elevação do endividamento global para a casa dos US\$ 87 bilhões.

Para o final deste ano, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, previu, no programa de ajustamento da economia brasileira apresentado aos banqueiros internacionais, o crescimento da dívida externa global para US\$ 91.91 bilhões, com acréscimo no ano de apenas 10,4%. Do total, a projeção de Pastore indicava US\$ 83,46 bilhões de dívida registrada e US\$ 8,46 não registrada.

Ontem, o Banco Central divulgou apenas o crescimento de 9,7% da dívida de médio e longo prazos, através do informativo mensal de outubro. Já a projeção de US\$ 10,6 bilhões de dívida de curto prazo tem como base a constatação de que, no primeiro semestre deste ano, o Brasil só conseguiu saldar os empréstimos-pontes, no total de US\$ 576 milhões, junto ao Tesouro norte-americano e parte destas operações realizadas com os bancos privados e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), além de manter certa estabilidade nas linhas comerciais.

As estatísticas do Banco Central mostram que 75,2% da dívida global do país correspondem a empréstimos em moeda, no valor de US\$ 57,42 bilhões; 18,9% a financiamentos de importação, no total de US\$ 14,46 bilhões; 3,2% à colocação de bônus, no montante de US\$ 2,47 bilhões, e os restantes US\$ 608 milhões às operações diversas, além de US\$ 1,43 bilhão de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Banco Central ressalta que, entre as diversas linhas de crédito externo, só houve expansão no financiamento do FMI e nos empréstimos diretos ao setor público, a partir do ingresso de US\$ 2,5 bilhões do empréstimo jumbo de US\$ 4,4 bilhões contratado em fevereiro último. Com as operações contratadas entre matriz e subsidiárias de empresas multinacionais e mais parcelas de compromissos em atraso, a variação no saldo dos empréstimos diretos, conforme as regras da Lei nº 4131, alcançou US\$ 5,02 bilhões no semestre.

O aumento da participação do setor público no endividamento externo do país, através das operações 4.131, tem a contrapartida da queda nos empréstimos sob as normas da resolução nº 63 do Banco Central. De janeiro a junho último, o saldo das operações 63 caiu de US\$ 16,1 bilhões para US\$ 15,6 bilhões, com a manutenção da tendência iniciada no terceiro trimestre de 1982.

Em seu informativo mensal, o

Banco Central ressalta que o elevado déficit orçamentário do Tesouro norte-americano continua a impedir que a "prime-rate" — juros cobrados pelos bancos dos Estados Unidos de seus clientes preferenciais — não acompanhe a tendência de queda das taxas de curto prazo.

Embora a "prime" permaneça estável em 11% ao ano, o Banco Central observou que os juros do euromercado acompanharam a queda das taxas de curto prazo do mercado norte-americano. Assim, até o último dia 27, a média mensal da Libor — juros básicos do euromercado — foi de 9,78% contra 10,18% em setembro.

O informativo do Banco Central registrou que, nos últimos primeiros meses deste ano, o país reduziu os gastos com as importações de ferro fundido, menos 67,5%; de metais não-ferrosos, 56,5%; de fertilizantes, 50,9%, e produtos químicos inorgânicos, com redução de 44,8%. Esses foram os itens mais atingidos para que as importações de janeiro a agosto ficassem 34,4% abaixo do total verificado no mesmo período de 1982.

Na pauta de importações, o peso do petróleo e seus derivados subiu para 57,2%, embora os gastos de US\$ 5,76 bilhões representassem queda de 16,8% em relação a 1982. Também exercem pressão sobre a balança comercial, em maior grau, as importações de máquinas e equipamentos, cereais e produtos químicos orgânicos.